



## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE NO TURISMO**

### **PUBLIC TOURISM ACCESSIBILITY POLICIES**

**Bruno Nascimento<sup>1</sup>**  
**Thiago Alexandre Padilha<sup>2</sup>**

#### **RESUMO**

A falta de estrutura de acessibilidade em diversos atrativos, equipamentos e serviços turísticos interferem no direito de ir e vir das Pessoas com Deficiência (PcD). Por isso esse artigo tem como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas de acessibilidade em atrativos turísticos. Para tanto foi realizado um estudo multicaso, avaliando três locais turísticos na cidade de Curitiba, por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e observação participativa. Os resultados mostraram que os locais avaliados são pouco acessíveis, pois não atendem diversos padrões de acessibilidade prescritos nas normas da ABNT.

Palavras-chave: acessibilidade turística; turismo acessível; políticas públicas de turismo

#### **ABSTRACT**

The lack of accessibility structure in various tourist attractions, equipment and services interferes with the right to come and go of People with Disabilities (PwD). This article aims to analyze the effectiveness of public accessibility policies in tourist attractions. To this end, a multicultural study was conducted, available at three tourist sites in the city of Curitiba, through qualitative, exploratory research and participatory observation. Results shown for discounted locations are limited as they do not meet various accessibility standards prescribed in ABNT standards.

Key-words: touristic accessibility; accessible tourism; tourism public policies

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná. E-mail: bruno.nascimento1985@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná. E-mail: padilha.tap@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, focaremos em três locais turísticos de Curitiba (Rodoviária, Zoológico e região gastronômica de Santa Felicidade) e verificamos as condições de acessibilidade existente neles. Buscaremos então entender as dificuldades e facilidades encontradas pelas Pessoas com Deficiência (PcD) durante as viagens e descobrir se as políticas públicas existentes sobre o assunto são suficientes ou se existem planos futuros para desenvolver melhor experiência para estes turistas.

Segundo Duarte et al. (2015), atualmente Pessoas com Deficiência (PcD) deixam de viajar por causa de algum fator negativo encontrado durante uma viagem realizada anteriormente, tornando-se assim mais resistentes a uma nova experiência. A falta de preparo de um determinado local para receber este público, gera dúvidas no turista se o local que ele deseja visitar realmente possui os equipamentos corretos para lhe proporcionar uma experiência agradável e segura. (DUARTE et al., 2015). Por isso são necessárias políticas públicas dedicadas à inclusão das PcD no turismo, possibilitando à estas uma melhor fruição dos atrativos e um direito social que é o lazer. (COSTA, 2012).

Oliveira (2018) nos explica que por muito tempo estas pessoas foram excluídas da sociedade pois eram vistas como inválidas e assim incapazes de realizar qualquer função. Esse contexto histórico sinaliza o porquê de algumas políticas voltadas a melhorar a vida destas pessoas acabam não funcionando como esperado. (OLIVEIRA, 2018)

O Plano Diretor de Curitiba e o Plano Municipal de Turismo de Curitiba são exemplos em que se pode encontrar diversas seções destinadas a adequação da acessibilidade pela cidade, tais como: a preocupação com a circulação das pessoas, a educação da sociedade sobre a importância da integração das PcD, inclusão na realização de esportes e lazer por exemplo. Estes planos visam garantir a segurança e a mobilidade dos turistas, e a necessidade de melhoria e qualificação das instalações e produtos. Já a nível mundial, a OMT criou um programa buscando promover a acessibilidade nos destinos e propagar o ideal para que os atrativos possam ser aproveitados por todos, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais e cognitivas. (Accessible Tourism Destination, 2019).

Diante desse contexto, essa pesquisa analisará as condições de acessibilidade de três locais turísticos de Curitiba - Rodoviária, Zoológico e região gastronômica de Santa Felicidade ). Mais especificamente, buscar-se-á compreender as dificuldades e facilidades encontradas pelas Pessoas com Deficiência (PcD) durante as viagens e descobrir se as políticas públicas existentes sobre o assunto são adequadas e quais os planos futuros para desenvolver melhor experiência para estes turistas.

A pesquisa tem caráter qualitativa e exploratória e realizará um estudo multicaso avaliando os três locais turísticos de Curitiba citados acima por meio de observação participativa na visão de usuários do local.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.2. Acessibilidade e políticas públicas de turismo**

Segundo Borges (2009), o turismo é um dos setores em crescimento mais promissores em diversos segmentos, além de trazer muitos benefícios para a sociedade em geral, em aspectos como o desenvolvimento e auxílio nos campos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos. É imprescindível que haja um planejamento adequado do turismo, visando sempre à sustentabilidade, conseguindo assim evoluir em conjunto com os campos citados acima. (BORGES, 2009).

Costa (2012), mostra que nos dias atuais, as pessoas vivem sob forte estresse no cotidiano urbano, e buscam aproveitar seu tempo livre viajando e fugindo da rotina, de modo que consigam se divertir, aproveitar o tempo livre e melhorar sua qualidade de vida. O autor citado ainda afirma que, algumas pessoas ainda têm dificuldades em realizar atividades de lazer, devido à falta de infraestrutura para as mesmas, dificultando a experiência e frustrando a viagem. São elas as PcD, que são o foco principal deste estudo. (COSTA, 2012).

As políticas públicas vêm para ajudar que o turismo se desenvolva da melhor maneira, levantando informações, analisando, identificando os problemas cruciais dos locais que precisam de melhorias urgentes, e assim formular planos, programas e leis que melhorem o ambiente para todos. (BORGES, 2009). Secchi (2016) nos ajuda a compreender melhor o que são estas políticas, e podemos entender como um conjunto de normas que visam enfrentar um

problema público, sendo necessárias então para resolver estes problemas coletivamente importantes.

Mariano e Gonçalves (2017), afirmam que as empresas privadas e poder público devem lembrar que existem diversos tipos de PcD (deficiência física, auditiva, visual, mental, múltipla), e garantir que estas pessoas tenham autonomia durante suas atividades, disponibilizando equipamentos, transportes e garantindo a circulação dessas pessoas, fazendo com que sintam-se seguras. Além disto, os autores lembram que a sociedade em geral deve enxergar a PcD como uma pessoa ativa, deixando de tratá-las com indiferença em muitos casos, sendo assim inseridas de vez na sociedade em geral, com os mesmo direitos que todos.

Segundo Oliveira (2018, página 66):

...a real situação não confere com o embasamento teórico. Segundo o autor, há uma perceptível intenção de pessoas com deficiência em viajar. O autor afirma ainda que pessoas com deficiência viajam de forma mais ostensiva em seus próprios países do que em países que não de sua origem. Experiências relatadas por estes turistas enfatizam que suas férias são afetadas de maneira negativa pela falta de acessibilidade de equipamentos turísticos e de infraestrutura, além de informações inadequadas e inacessíveis sobre o destino.

Mariano e Gonçalves (2017) explicam que o poder público e a sociedade precisam então entender a importância de colocar as PcD no mercado de trabalho, para que elas consigam o próprio sustento, sem depender de ninguém. Dessa forma, elas pessoas conseguem levar a vida com mais dignidade e independência. Essa ideia é coerente com a Lei nº 13.146/2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com deficiência. (MARIANO; GONÇALVES, 2017).

Segundo o art. 53 da lei 13.146/2015: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.”.

Mariano e Gonçalves (2017) afirmam que houve também uma grande mudança nos últimos anos em relação ao transporte público das cidades, com uma adaptação de elevadores e ônibus com o chão mais baixo para um acesso mais fácil das PcD. Na área da saúde, as

políticas públicas também tiveram uma grande mudança em relação a preocupação por parte do governo em dar uma melhor qualidade de vida para as pessoas que precisam de algum tipo de prótese. (MARIANO; GONÇALVES, 2017).

Mariano e Gonçalves (2017) indicam que atualmente, o Brasil tem mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida, e muitas dessas pessoas vivem apenas com auxílio do governo ou da família. Os referidos autores ainda explicam que se a política de inclusão for mais assertiva, mais pessoas poderão entrar no mercado de trabalho e dessa forma o próprio governo acaba se beneficiando com a redução de auxílio financeiro, e assim acaba tendo mais dinheiro para investimentos em outras áreas e com mais dinheiro circulando dentro no país, ajudando a fomentar a economia.

Garcia (2014) nos mostra que outro fator importante é que a política pública para PcD precisa chegar em todos os lugares do país, não adianta ela ser implementada apenas nas grandes cidades e deixada de lado em cidades menores, onde a demanda é menor, mas de suma importância. As Políticas Públicas são justamente a idéia de que todos são iguais e têm os mesmo direitos dentro de uma sociedade, independente da sua necessidade. (GARCIA, 2014).

Macedo (2017) nos mostra que para descobrir se um atrativo ou destino é acessível ou não, são importantes algumas variáveis para avaliar o local. A autora informa que é importante que os funcionários sejam capacitados para receber públicos com necessidades especiais, desta maneira a PcD pode se sentir confortável e continuar sua viagem da melhor maneira. O local também deve garantir condições mínimas como banheiros adaptados, rampa de acessibilidade, corrimão e pisos em boas condições e antiderrapante. (MACEDO, 2017).

Buscando garantir acessibilidade para todos, os destinos e atrativos devem se preocupar com todos os tipos de PcD, e com isto desenvolver o local pensando nestas mesmas pessoas e garantir que as mesmas tenham uma experiência total no local. (MACEDO, 2017). Sinalização em braille, escada rolante, mobiliário adequado, portas largas, espaço para circulação, piso tátil, são exemplos de adaptação que devem ser pensados pelos destinos para serem acessíveis a todos os públicos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

Dessa maneira observamos que de alguns anos para cá, há uma maior preocupação com a inclusão de PcD na sociedade em geral, e as políticas públicas têm sido mais eficientes nessa questão, com mais amplitude e discernimento. (OLIVEIRA, 2018). O poder público,

privado e a sociedade devem conversar entre si para atender de melhor maneira a demanda deste público, respeitando suas características e particularidades. (MARIANO; GONÇALVES, 2017).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir dos objetivos descritos busca-se evidenciar nesta etapa os procedimentos metodológicos. O presente trabalho configura-se como uma pesquisa de caráter qualitativa. Segundo Minayo et al. (2002), uma pesquisa qualitativa trabalha com valores que não podem ser quantificados, mas sim com seus significados, valores, crenças, entre outros. A autora citada ainda nos mostra que estas ações e relações humanas não se opõem a estatísticas ou equações, mas se complementam.

Como este artigo tem o objetivo de compreender melhor o tema e descobrir as facilidades e dificuldades encontradas pelas PcD, a pesquisa aqui realizada é de caráter exploratória. Segundo Gil (2002) uma pesquisa exploratória caracteriza-se por deixar o pesquisador mais familiarizado com o assunto e assim constituir hipóteses, que serão posteriormente verificadas. O resultado dessas pesquisas será comparado com o que foi observado em campo, conseguindo assim compreender melhor as falhas que devem ser corrigidas através das políticas de acessibilidade.

Para chegar ao objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos, trabalhos acadêmicos e teses encontrados sobre acessibilidade e políticas públicas, servindo de base teórica e nos ajudando a compreender melhor o assunto. Também foi realizada pesquisa documental buscando programas, leis e normas que abordam o tema, e com isto nos ajudar a compreender se os equipamentos existentes estão de acordo com a necessidade da demanda, ou se é necessário algum tipo de adequação, tanto nos atrativos quanto nas políticas públicas.

A partir das variáveis definidas no marco teórico foi realizado um estudo multicaso. Segundo Yin (2001) estudos multicaso são considerados mais confiáveis, pois embora cada local tenha suas particularidades, é possível realizar uma comparação entre os mesmos e obter melhores resultados, diferente dos estudos de caso único. Sendo assim, será realizada uma observação em campo nos três atrativos escolhidos da cidade de Curitiba, que são a

rodoviária, o zoológico e a região gastronômica de Santa Felicidade. Estes locais foram selecionados devido a receberem grandes fluxos de turistas, como no caso de Santa Felicidade, onde fica localizado, dentre outros, o restaurante Madalosso, muito procurado por turistas de fora de Curitiba. A rodoviária é uma porta de entrada e saída da cidade, e por isso precisa estar preparada para tamanha demanda. O zoológico foi selecionado por ser um local que recebe mais visitantes locais, mas não por isso menos importante, mostrando que a acessibilidade deve ser boa não somente para os turistas, mas para os moradores também.

Minayo et al. (2002) mostra que uma observação participante é utilizada para obter informações sobre o local estudado, e que com esta técnica, é possível alcançar resultados que questionários não conseguiriam responder, pois uma vez em campo, o observador pode ser modificado pelo ambiente. Dessa maneira, optou-se pelo método da observação nos locais escolhidos, buscando preencher informações contidas em um roteiro de observação, com informações a respeito de variáveis de acessibilidade necessárias nos espaços. Estas variáveis foram retiradas da cartilha do Programa Turismo Acessível elaborada pelo Ministério do Turismo (2009) e da dissertação de mestrado de Macedo (2017).

#### **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

A partir do desenvolvimento das etapas da pesquisa, buscamos analisar objetivamente os dados coletados e evidenciar os resultados conforme os objetivos pré-determinados. Após o levantamento destes dados, foi possível identificar se os locais escolhidos estão de acordo com as políticas públicas de acessibilidade existentes, e caso não estejam, o que falta pode ser melhorado.

##### **4.1. Rodoviária**

Um dos locais escolhidos para realizar o trabalho, foi a rodoviária de Curitiba. Por ser uma das principais portas de entrada e saída de moradores e turistas da capital paranaense e por isso concentra um grande número de pessoas circulando no local, entendemos que este local deve estar muito bem preparado na questão da acessibilidade.

Na rodoviária, pode-se observar a existência de diversos equipamentos que auxiliam as PcD, como escadas rolante, elevadores, sanitários adaptados e destinados especificamente para PcD, vagas nos estacionamentos destinadas à PcD, fraldário, piso tátil nos corredores internos e externos, corrimão nas escadas, sinalização acessível, espaço amplo para circulação com calçadas em bom estado e portas largas para acesso aos locais.

Embora exista estes equipamentos na rodoviária, a situação no local ainda não está totalmente de acordo com o esperado. Às leis, planos, programas, NBR 9050 da ABNT e às cartilhas do Ministério do Turismo analisadas referentes a acessibilidade, nos mostram que são necessários diversos outros equipamentos para garantir a circulação e segurança da PcD.

Ainda na rodoviária, há problemas com o elevador, que por diversas vezes encontra-se em manutenção, fazendo com que às pessoas precisem dar a volta pela parte de fora da rodoviária para chegar ao outro lado, que é um local descoberto, e caso esteja chovendo, torna ainda mais difícil o deslocamento. Outro problema encontrado, é a falta de rampas de acesso para as PcD, especificamente para as pessoas com deficiência visual, que na falta da rampa, utilizam às escadas, aumentando a chance de sofrerem algum acidente.

A rodoviária é dividida em dois blocos, o estadual e o interestadual, e os mesmos são ligados por uma passarela localizada no piso superior do local. Ambos os lados são desenhados da mesma forma, com os mesmos acessos, equipamentos e sinalizações. Atualmente os elevadores que davam acesso a passarela foram removidos, e existe uma licitação em andamento para que sejam colocados novos no local. Porém, este é um grave problema na rodoviária, pois com isto, as PcD devem dar a volta pela parte de fora da rodoviária, não conseguindo acesso entre os blocos pela parte interna.

As sinalizações também são outro ponto a melhorar, pois embora tenha algumas no local, muitas ainda precisam ser adicionados, como sinalização visual, sonora, direcional, de alerta, contendo informações essenciais para a melhor circulação deste público. A presença de funcionários treinados para auxiliarem as PcD também se faz necessária, pois com a falta de estrutura e equipamentos, estas pessoas seriam de grande ajuda.

Em resumo, a rodoviária deveria ser mais acessível tendo em vista sua importância, pois se ao chegar na cidade a pessoa já tem problemas em sua locomoção, aumenta a possibilidade de frustração de uma expectativa em relação a cidade.

#### 4.2. Região gastronômica de Santa Felicidade

Um dos bairros mais tradicionais de Curitiba, Santa Felicidade ficou conhecida graças a sua grande concentração de restaurantes típicos de comida italiana e o grande número de lojas, que atrai um grande número de turistas e moradores para a região. A pesquisa sobre a acessibilidade foi realizada na Avenida Manoel Ribas, entre às ruas João Menegusso e Vereador Toaldo Túlio. Foram analisados 32 estabelecimentos comerciais, envolvendo restaurantes, lojas de decoração, sorveterias, cafés e vinícola. Os aspectos levados em consideração quanto a acessibilidade da região foram piso tátil, placas em braile, rampas e sinalização acessível.

A região analisada não conta com piso tátil para às PcD, apenas algumas placas espalhadas pelo chão em frente a faixa de pedestre. Os estabelecimentos comerciais analisados não possuem esse tipo de acessibilidade. Devido ao grande numero de comércio nos dois lados da Avenida Manoel Ribas, o fluxo de pessoas atravessando de um lado para outro é constante e sinais sonoros seriam de grande utilidade para indivíduos com algum tipo de deficiência visual.

Um ponto positivo para o local, foram às rampas, encontradas na maior parte das vias públicas. Ainda assim, algumas dessas rampas foram mal projetadas, dificultando a mobilidade das PcD. Outras não tinham corrimão para auxiliar, deixando o acesso mais perigoso. A respeito dos banheiros adaptados, todos os restaurantes tinham pelo menos um, porém, alguns cafés e lojas comerciais não contavam com este equipamento.

Assim, a partir da análise constatou-se que a região pesquisada ainda precisa melhorar muito quando se fala de acessibilidade. Governo, empresários e representantes de classes que precisam utilizar esses serviços, devem alinhar as idéias para deixar de forma que qualquer PcD consiga usufruir dos equipamentos com segurança e autonomia e assim tenham as mesmas condições das pessoas que não necessitam de equipamentos auxiliares.

#### 4.3. Zoológico

Foi realizada uma análise sobre a acessibilidade dentro do zoológico de Curitiba, e levados alguns pontos em consideração, como os equipamentos, a infraestrutura e a segurança

do local. O zoológico de Curitiba recebe em sua maior parte, moradores locais, visitantes de Curitiba e das cidades da região metropolitana. Por isso, assim como para os turistas, a política de acessibilidade deve ser aplicada para que a população em geral seja beneficiada, e não apenas pensadas para os turistas.

As calçadas e pisos do zoológico se encontram em péssimo estado de conservação, e em muitas partes o piso (asfalto) apresenta buracos e/ou fissuras, não garantindo às condições necessárias para as PcD utilizarem o local com segurança e autonomia.

Dentro do parque encontram-se inúmeras placas de direções, avisos e informações sobre os animais que ali estão, mas nenhuma delas é direcionada ou adaptada às PcD, o que acaba dificultando a comunicação com este público. A questão do piso tátil é inexistente em todo perímetro do parque. Outro equipamento que seria de grande ajuda para às PcD, seria a instalação de rampas ou escadas rolantes dentro do parque, que facilitariam muito a circulação das pessoas. O zoológico tem ruas muito íngremes, o que acaba por dificultar a subida ou a descida de um cadeirante, oferecendo por diversas vezes riscos de acidente.

Dentro do parque existem algumas áreas onde é possível encontrar guarda corpo para proteger as pessoas, mas em outras não existe ou estão quebradas, o que acaba sendo um risco não só para as PcD, mas também para as crianças, já que um dos lugares com a maior falta de guarda corpo fica na beira de um lago.

Um item relativamente simples e de grande ajuda, mas que é praticamente inexistente dentro do parque são os corrimões, que podem ser encontrados logo na entrada do Zoológico, mas não em outras partes. Talvez um dos poucos pontos positivos de acessibilidade, são às ruas largas existentes no local que acabam facilitando a circulação da PcD dentro do parque.

Encontramos banheiros adaptados espalhados por todo o parque, com portas largas e barras para apoio. Mas em alguns lugares não havia a presença de rampas para acessar o banheiro e nem pias adaptadas para higienização das mãos. No Zoológico não se encontra nenhum tipo de piso antiderrapante, e o chão é basicamente de asfalto. Em alguns lugares o piso é de pedras em blocos, e essas pedras tornam-se escorregadias quando molhadas, aumentando o risco de acidentes no local.

A comunicação para pessoas cegas ou com baixa visão é inexistente dentro do parque, o que acaba dificultando a interpretação deles em relação aos animais e a comunicação do parque. Fazendo uma análise simples, é possível perceber que o zoológico de Curitiba não é

acessível para PcD ou com mobilidade reduzida, o que acaba afastando moradores locais e turistas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através das pesquisas e estudos realizados, foi possível compreender um pouco melhor o assunto e com isto alcançar o objetivo proposto no início desse trabalho, apesar das dificuldades encontradas. Os resultados deste trabalho trazem evidências de que é necessário mais estudos sobre o tema e um olhar mais atento por parte dos órgãos públicos, privados e associações interessadas na implementação de políticas públicas de acessibilidade, buscando maior cooperação entre os três e buscar envolvimento das PcD, que são quem mais entendem às dificuldades e o que precisa ser melhorado.

No geral, entendemos que estes três pontos turísticos de Curitiba, oferecem alguma acessibilidade aos moradores locais e aos turistas, mas que ainda estão longe do ideal. Durante o trabalho, buscamos apoio na norma NBR 9050 da ABNT, nas cartilhas de acessibilidade do Ministério do Turismo, no Plano Diretor de Curitiba, no Plano Municipal de Turismo de Curitiba, em leis e programas existentes em relação a acessibilidade, além de artigos sobre o assunto, e vimos que ainda falta muito para esses locais serem considerados acessíveis a todos os públicos.

Além da implementação de políticas públicas, deve haver um acompanhamento e avaliação das mesmas para entender se está atendendo a demanda. A participação das PcD nas políticas públicas também devem ser mais recorrentes, pois somente elas sabem às dificuldades encontradas e às necessidades para cada tipo de deficiência, podendo assim serem aplicadas normas e leis mais assertivas em relação à acessibilidade.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Accessible Tourism Destination, 2019 Edition. Disponível em: <<https://bit.ly/2m1h7Gj>>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

BORGES, A. B. A.. Acessibilidade e Desenvolvimento Sustentável: O turismo na cidade de Formosa – GO. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Formação de Professores em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Acessível: **Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos**. Brasília, 2009. 52 p.. Disponível em: <<https://bit.ly/30SYe77>>. Acesso em: 04 out. 2019.

COSTA, L. A.. Turismo Adaptado: Acessibilidade turística para cadeirantes nos cinco principais atrativos turísticos da cidade de Curitiba-PR. Trabalho de Conclusão de Curso -Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, campus de Irati, 2012.

DUARTE, D. C.; BORDA, G.Z.; MOURA, D.G.; SPEZIA, D.S.; Turismo Acessível no Brasil: Um Estudo Exploratório Sobre as Políticas Públicas e o Processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 3, p. 537-553, 2015.

GARCIA, V. G.. Avanços e desafios das políticas para pessoas com deficiência. Brasil Debate, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2ksVluH>>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

MACEDO, M. G. M.. **Acessibilidade no Turismo**: Serviços e equipamentos turísticos para às pessoas com deficiência na Avenida Beira Mar em Fortaleza. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Negócios Turísticos, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

MARIANO, T. B.; GONÇALVES, A. A.. Políticas públicas de inclusão e acessibilidade. JUS, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZdERdb>>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

OLIVEIRA, T. C. G.. A percepção do usuário na disponibilização de maquetes táteis para pessoas com deficiência visual em atrativos turísticos - um estudo no museu Oscar Niemeyer - Curitiba-PR. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

Plano Diretor de Curitiba. Disponível em: <<https://bit.ly/2H5ByLD>>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015 - 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/33OYkyP>>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

SECCHI, L.. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e método. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.